

ID: 119257725

23-09-2025

Ana Carvalho Melo  
anamelo@acorianooriental.pt

Um estudo sobre a abstenção em Portugal propõe um conjunto de medidas para reforçar a participação eleitoral, após identificar défices no sentido de dever cívico, barreiras logísticas e perceções de desconfiança em relação à política como os principais fatores de afastamento das urnas.

Intitulado “Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções”, este estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), da autoria dos investigadores João Cancela (NOVA-FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL), apresenta recomendações organizadas em três eixos: educação cívica, facilitação do voto e reformas institucionais.

Entre as propostas para reforçar o dever cívico, destaca-se a alteração do currículo da disciplina de Educação para a Cidadania no ensino básico, com simulações de eleições e atividades práticas de tomada de decisão, para inculcar desde cedo a importância do voto. Sugere-se ainda a integração de módulos de cidadania ativa para cidadãos recém-naturalizados e o reforço das campanhas de sensibilização direcionadas a jovens e a grupos com maior propensão para a abstenção.

No plano da redução de barreiras práticas, o estudo defende a expansão e institucionalização do voto antecipado em mobilidade para todas as eleições, bem como projetos-piloto de transporte público gratuito nos dias de votação em zonas rurais e periféricas.

Os autores consideram ainda que, apesar de o voto online ser popular entre os mais jovens, a sua introdução não é recomendada, referindo mesmo que “alguns estudos mostram que o voto pela Internet tem pouco impacto efetivo em termos de aumento da participação eleitoral”.

Por fim, no campo das mudanças institucionais, é recomendada a realização de um teste-piloto da redução da idade de voto para os 16 anos, em eleições de segunda ordem, como as europeias, acompanhado de maior educação cívica. O estudo propõe também relançar o debate sobre a criação de um círculo nacional de compensação nas legislativas,

# Estudo propõe medidas para reforçar participação eleitoral

Estudo alerta para o declínio da participação eleitoral nas últimas décadas e recomenda medidas como o reforço da educação cívica nas escolas, a expansão do voto antecipado em mobilidade e o debate sobre a redução da idade de voto para os 16 anos



Estudo “Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções” foi realizado pelos investigadores João Cancela e José Santana Pereira

para aumentar a proporcionalidade e combater a perceção de que “o voto não conta” em distritos de pequena dimensão.

Por outro lado, os investigadores rejeitam a introdução do voto obrigatório, explicando que se trata de “uma medida que pode ser vista como colocando em causa a liberdade individual, sendo que os seus detratores também destacam que pode le-

var a votos pouco informados por parte de pessoas desinteressadas ou com menor escolaridade, com impactos negativos para o bem comum.”

Segundo a análise realizada pelos autores, a participação eleitoral tem registado um claro declínio em relação aos primeiros tempos do regime democrático, apesar de os atos eleitorais mais recentes apontarem para uma eventual inversão desta tendência.

No entanto realçam que os padrões de participação variam de forma clara consoante o tipo

de eleição. E, nesse sentido, salientam que, nas últimas décadas, as eleições legislativas e autárquicas registam, em geral, maior mobilização do que as presidenciais (especialmente quando o Chefe de Estado se recandidata) e do que as europeias. Consideram também importante notar que a abstenção não aumentou de forma tão expressiva nas eleições autárquicas como sucedeu nas restantes.

Assim como que a geografia da abstenção em Portugal apresenta diferentes padrões consoante o tipo de eleição e a re-

gião. Nesse sentido é explicado que nas eleições legislativas, presidenciais e europeias, a participação tende a ser mais elevada nas zonas urbanas, contrastando com níveis mais baixos em zonas rurais, do interior e nos arquipélagos. Mas que as zonas rurais superam frequentemente as urbanas em termos de participação nas eleições autárquicas.

O estudo traça igualmente o perfil dos dos votantes portugueses e a sua perceção sobre o ato de votar.

“Pessoas mais velhas, mais escolarizadas, de classes sociais mais elevadas, com prática religiosa regular, que não pertencem a uma minoria étnica e que vivem em habitação própria apresentam maior propensão para votar”, é destacado.

Refere ainda que a abstenção eleitoral é vista pelos cidadãos como “um fator prejudicial para a qualidade da democracia, sendo encarada como um fator de desresponsabilização dos políticos, que leva à falta de consideração dos interesses de todos na formulação de políticas públicas e à fragilização da legitimidade dos eleitos”.

O estudo conclui também que, ao contrário do que acontece noutros países, em Portugal os abstencionistas tendem a posicionar-se ligeiramente mais à direita no espetro político e preferem ser representados por políticos não profissionais. No entanto, realça que as diferenças de preferências entre votantes e abstencionistas são, em geral, pouco acentuadas, mas que incluem uma maior apetência por impostos mais baixos e pela representação por parte de cidadãos comuns em vez de políticos profissionais. ■